



PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM – GRADUAÇÃO EM DIREITO

**DIREITO AGRÁRIO (OPTATIVA)**

**Carga horaria: 30 horas - Estrutura curricular 2021 - 8º Período**

**EMENTA**

Direito Agrário; Conceito; Conteúdo; Natureza Jurídica; Evolução Histórica; Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64). A reforma agrária: conceito e histórico. Legislação brasileira. INCRA. Conceito de imóvel rural, módulo rural, latifúndio, empresa rural, minifúndio e parceleiro. Propriedade privada da terra: função social. Reforma agrária: planos, zoneamento e cadastro. Tributação da terra. Colonização. Contratos agrários: arrendamento e parceria. Aforamentos. Sesmarias. Estatuto do trabalhador rural. Cooperativas. Áreas prioritárias. Justiça e processos agrários. Direito comparado. Direito agrário internacional.

**OBJETIVO GERAL**

Capacitar e estimular o aluno para o desenvolvimento do raciocínio jurídico necessário ao desenvolvimento do pleno conhecimento das regras gerais do Direito Agrário, considerando os conteúdos previstos na ementa da disciplina.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Desenvolver habilidades essenciais para a formação intelectual e capacitação profissional do bacharel em direito, compreender criticamente o papel do direito no funcionamento das instituições agrárias, dominar um vocabulário de ideias e valores relacionados com o Direito Agrário.

**CONTEÚDOS**

I - Breves Anotações Históricas sobre o Direito Agrário.

1. A Questão Agrária na Antiguidade – Grécia e Roma;

1



**CESV**

**• CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA •**

2. A Questão Agrária na Idade Média até o século XIX;
3. A Questão Agrária nos Estados Comunistas;
4. A Questão Agrária nos Estados Democráticos;
5. A Questão Agrária no Brasil – Fase do descobrimento, regime das sesmarias, leis de terras, até os dias atuais.

## II - Teoria Geral do Direito Agrário.

1. Origens. Denominação. Definição;
2. Objeto – atividades agrárias;
3. Autonomia;
4. Natureza Jurídica;
5. Fontes;
6. Justiça Agrária.

## III - Princípios Constitucionais do Direito Agrário:

1. Princípios do Direito Agrário na Constituição Federal;
2. Princípio da Função Social na propriedade rural;
3. Princípio da preservação do meio ambiente;
4. Princípio da desapropriação para fins de reforma agrária;
5. Princípio da segurança na atividade agrária;
6. Princípio do estímulo ao cooperativismo e aumento da produtividade.

## IV - Imóvel Rural: (6 aulas)

1. Definição legal. Características. Classificação;
2. Dimensionamento do imóvel rural – módulo rural;
3. Classificação do imóvel rural. Minifúndio;
4. A propriedade familiar;
5. Pequena e Média propriedade;
6. Latifúndio;
7. Fração Mínima de Parcelamento.
8. Módulo Fiscal.

## V - Reforma Agrária: (5 aulas)

1. Fundamentos;
2. Conceituação;
3. Métodos;
4. Características e Objetivos;

2



**CESV**

**• CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA •**

## 5. Beneficiários.

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aulas expositivas  
Artigos e Fichamentos  
Grupos de estudos e Oficinas

### ATIVIDADES DISCENTES

Leitura, fichamento e análise crítica de textos indicados  
Pesquisas  
Análise e solução de casos simulados e casos reais (jurisprudências)  
Grupos de debate.

### RECURSOS DIDÁTICOS

Utilização do quadro.  
Utilização de livros, textos avulsos, imagens.  
Data show.  
Repertório Jurisprudencial.

### AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por meio de provas escritas e trabalhos, denominadas **AV1**, **AV2** e **AV3**, sendo considerada a média das duas melhores notas e descartada do computo a menor nota entre as 3 (três) avaliações.

Observada a média 6,0 (seis) pontos para aprovação.

As avaliações denominadas Av1, Av2 e Av3 terão pontuação 10 (dez), distribuídas da seguinte forma:

**AV1:** prova avaliativa valendo 10 (dez) pontos

**AV2:** prova avaliativa valendo 10 (dez) pontos

**AV3:** prova avaliativa valendo 10 (dez) pontos

Abrangência da avaliação: **Av1** – Matéria primeiro bimestre, **Av2** – matéria segundo bimestre e **Av3** – matéria do primeiro e segundo semestre

Considerar-se-á reprovado na disciplina o aluno que obtiver a média final inferior a **6 (seis)** pontos.



**CESV**

**• CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA •**

Ainda, considerar-se-á reprovado na disciplina o aluno que não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas ministradas para a disciplina, ressalvado o disposto no § 1º do art. 92 do Regimento Interno da IES.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Constituição da República Federativa Brasileira, 05 de outubro de 1988.

Legislação Agrária Brasileira - Estatuto da Terra – Coleção Saraiva, última edição.

MARQUES, Benedito Ferreira e MARQUES, Carla Regina Silva. Direito Agrário Brasileiro. 12ª Ed. São Paulo: GEN. 2016.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Manual de Direito Ambiental. 14 ed. São Paulo: Max Limonad, 2015.

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. São Paulo: Max Limonad, 2014.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABELHA RODRIGUES, Marcelo. Direito Ambiental Esquemático. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2020.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Curso de Direito Ambiental: doutrina, legislação e jurisprudência. Rio de Janeiro: Renovar, 2016.

RIZARDO, Arnaldo. Direito do Agronegócio. 4ª Ed. São Paulo: GEN. 2018.